

**A (RE)PRODUÇÃO DO CAPITAL NA PERIFERIA DA PERIFERIA: o desenvolvimento e o “subdesenvolvimento” do Nordeste em questão**

**Ilena Felipe Barros<sup>1</sup>**

**Hiago Trindade<sup>2</sup>**

**RESUMO:** Em meio a tantos comentários e afirmações erguidas sobre o Nordeste nos mais variados meios de comunicação, este texto procura tecer uma análise crítica sobre esta região, centrando sua apreciação a partir da relação entre desenvolvimento e subdesenvolvimento. Para isto, procedemos à revisão de literatura, recuperando a contribuição de importantes estudiosos desta temática a fim de demonstrar o verdadeiro papel desempenhado pelas regiões tidas como periféricas no âmbito da (re)produção do capitalismo contribuindo, assim, para desfazer erros e equívocos geralmente associados a região supramencionada.

**PALAVRAS-CHAVE:** Nordeste. Desenvolvimento. Subdesenvolvimento. Industrialização.

**ABSTRACT:** In the midst of so many comments and statements about the Northeast in the most varied media, this text seeks to provide a critical analysis of this region, focusing its appreciation on the relationship between development and underdevelopment. In order to do this, we proceed to the literature review, recovering the contribution of important scholars of this theme in order to demonstrate the true role played by the regions considered as peripheral in the (re) production of capitalism, thus contributing to the undoing of errors and misunderstandings generally associated The aforementioned region.

**KEY-WORDS:** Northeast. Development. Underdevelopment. Industrialization.

---

<sup>1</sup> Doutora. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: ilenafb@hotmail.com

<sup>2</sup> Estudante de Pós. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

## 1 – INTRODUÇÃO

Este texto condensa parte dos esforços empreendidos durante a realização de nossos estudos de mestrado e doutoramento<sup>3</sup>. Com ele, procuramos revisitar a literatura especializada no entendimento da região Nordeste para, então, trazer à baila alguns apontamentos capazes de nos auxiliar no exercício de desvendar as determinações socio-econômicas que assolam esta localidade. Além disso, procuramos ilustrar a discussão com dados oriundos de algumas agências, cuja análise também nos permite aprofundar a compreensão que temos da realidade.

A região Nordeste caracteriza-se por ser uma complexa unidade econômica, política e social no Brasil, acumulando índices de pobreza, déficits históricos de infraestrutura, serviços públicos e desigualdades sociais. A região detém 20% do território nacional, onde vivem 29% da população brasileira, com densidade demográfica de 34,7 hab./km<sup>2</sup>. Possui uma população de 53.081.950 habitantes, com renda média mensal de R\$ 396,00 e taxa de analfabetismo de 16,9 % entre as pessoas de 15 anos ou mais. E ainda um Produto Interno Bruto - PIB de (R\$ 1.000,00): R\$ 397.502.594,00. (IBGE, 2010).

Mas, questionamos: o que há por trás desses indicadores? Como podemos compreender a região Nordeste a partir da lógica que tem norteado o desenvolvimento e avanço do modo de produção capitalista? Qual a funcionalidade desta região e do status que ela carrega para este sistema? O texto que iremos apresentar almeja, sem querer esgotar os debates na área, fornecer algumas pistas e indicações para descortinar esta região.

## 2- NOTAS PARA DESCORTINAR O NORDESTE

Na esteira das reflexões elaboradas por Francisco de Oliveira (1981), caminhamos para ultrapassar as noções que pretendem circunscrever

---

<sup>3</sup> Cf. especialmente a tese intitulada “Nas Trilhas do Crédito Fundiário: A Luta pela Sobrevivência entre a Terra e o Assalariamento na Agroindústria Canavieira de Pernambuco”, defendida no Programa de Pós-Graduação de Serviço Social da UFPE, 2014.

conceitualmente determinadas regiões, levando em consideração apenas suas características geográficas (embora, ao mesmo tempo e sem nos deixar levar por uma perspectiva determinista, também reconhecamos a sua importância). Todavia, neste trabalho, buscamos compreender dada região, a partir das características que atestam uma forma específica de produção e reprodução do capital no espaço. Por isso mesmo, acreditamos que

[...] uma 'região' seria, em suma, o espaço onde se imbricam dialeticamente uma forma especial de reprodução do capital, e por conseguinte, uma forma especial da luta de classes, onde o econômico e o político se fusionam e assumem uma forma especial de aparecer no produto social e nos pressupostos da reposição. [...] (OLIVEIRA, 1981, p. 29).

Do exposto, podemos depreender que o modo de produção capitalista reproduz-se de região para região mantendo características centrais, mas, ao mesmo instante, procurando acionar mecanismos embasados nas particularidades de cada conjuntura local, em seu benefício. Assim, a depender de cada realidade e do papel ocupado por elas na divisão do trabalho, da correlação de forças sociais, do grau de desenvolvimento das forças produtivas, etc. o capital pode se perpetuar a passos mais ou menos largos. De toda forma, as contradições inerentes a este sistema sociometabólico são, a todo instante, postas e repostas pela forma assumida entre a simbiose estabelecida a partir dos interesses que acompanham o modo de produção capitalista e o que este encontra de condições objetivas para se desenvolver em cada região.

No âmbito deste debate, nos parece ser bem-vindas às formulações de Léon Trotsky, um intelectual marxista que, apesar de não figurar, de modo presente, nos corredores acadêmicos, sistematizou contribuições interessantes e capazes de nos auxiliar no entendimento da realidade nacional e local.

Nas elaborações de Trotsky, que ora invocamos, destacamos a lei do desenvolvimento desigual e combinado (que também tem relação com o movimento de concentração e centralização apresentado por Marx (1989) em *O Capital*). Seu entendimento requer pensar o capitalismo como um modo de produção que se produz e reproduz conformando uma totalidade dinâmica e contraditória. Nesse sentido, longe

de os países “atrasados”, ou melhor, periféricos, encontrarem-se isolados do centro dinâmico mais desenvolvido, eles estão integrados a ele, de modo particular. Ou seja, os países periféricos não trilham sua história à parte das tendências e dinamismos processados em nível internacional, muito pelo contrário.

Mas, a particularidade de seu trajeto histórico, remete ao modo pelo qual, embalados por conjunturas as mais adversas, tais países se apropriam dos avanços verificados no centro. Assim, trata-se de perceber a gama de possibilidades e limites encontrados para efetivar os progressos materiais, ou melhor, de como elementos avançados se (re)produzem nas estruturas “arcaicas”. Nesse sentido, afirma o autor: “Um país atrasado assimila as conquistas materiais e ideológicas dos países avançados. Mas isso não significa que ela siga servilmente esses países reproduzindo todas as etapas do seu passado” (TROTSKY, 1950, s/p).

Aliás, não custa assinalar que tudo isso tem estreita conexão com o entendimento da via não clássica percorrida pelo Brasil, na sua trajetória de formação social, econômica e política.

Para o autor russo (*Op. Cit.*), a depender das condições econômicas e culturais verificadas em cada espaço, sucede-se o que ele denomina “saltos”. Trata-se, em verdade, da iniciativa para acompanhar os progressos já verificados em algumas localidades. Com efeito, sua argumentação direciona-se no sentido de pensar a existência de um desenvolvimento progressivo e contínuo da sociedade, em que cada estágio alcançado serve de inspiração para aquelas formas de organização que ainda se encontram numa situação de maior subordinação e dependência. Assim, a partir de patamares já existentes de desenvolvimento, os ditos países periféricos lançam-se na aventura do desenvolvimento do capitalismo sem necessitarem vivenciar as “fases intermediárias” a separar o “arcaico” e o “moderno”. Recuperando uma expressão do próprio autor, diríamos que se a arma de fogo já faz parte da realidade social, aos homens e mulheres não carecem recorrer aos arcos e flechas. Assim, esclarece-nos que:

Desta lei universal de desigualdade dos ritmos decorre uma outra lei que [...] pode-se chamar *lei do desenvolvimento combinado*, no sentido da reaproximação das diversas etapas, da combinação das fases distintas, da amalgama de formas arcaicas com as mais modernas (TROTSKY, 1950, s/p).

De fato, temos consciência que a formulação ora esboçada não nos permite realizar, para regiões de uma mesma localidade, uma transposição mecânica do que acontece entre os centros e as periferias. Contudo, a partir de seu entendimento (dinâmica), podemos caminhar no sentido de perceber como as determinações desse fenômeno se expressam, impactando as regiões em geral e, mais especificamente, o Nordeste brasileiro. Isto porque, na formação das relações de dependência, os países periféricos também nutrem “centros” – como ocorre nos lugares ocupados pelo Nordeste e Sudeste, respectivamente no contexto brasileiro. Da mesma forma, também é verdade que nos centros subsistem regiões periféricas, como já nos alertara Engels, ao enfatizar que: “[...] enquanto a sociedade tornava-se cada vez mais burguesa, a ordem política continuou sendo feudal”.

Ora, numa sociedade que, dia a dia, está mais mundializada, as “barreiras físicas” diminuem-se acentuadamente, abrindo espaço para que o sistema produtivo avance até onde consegue ir. Os rebatimentos da realidade materializada nos países periféricos provocam expressões diversas nas regiões que o constituem e, nesse sentido, o Nordeste – ou a periferia da periferia – também foi impactado, de modo particular, pelas configurações sóciohistóricas e econômicas assumidas pelo Brasil. Destarte, no nordeste brasileiro, a produção do espaço capitalista sucedeu-se obedecendo à lógica norteadora de suas ações em todo espaço periférico, somadas também a algumas particularidades de nossos arredores. Assim, pegando carona nas palavras de Araújo (2009, p. 17) poderíamos afirmar que, entre nós, somou-se “[...] a selvageria da acumulação do capital a dureza das intempéries climáticas”.

No que tange a este segundo aspecto, vale mencionar que, durante largo espaço de tempo, em todo o Nordeste, as adversidades climáticas existentes na região foram vistas como fatores impeditivos e/ou inibidores do “desenvolvimento regional”.

Ao analisar o desenvolvimento capitalista no Brasil e na região Nordeste, Oliveira (2003) reflete como as estruturas “arcaicas” do campo, longe de serem um obstáculo ao processo de expansão industrial e da dinâmica econômica, como afirmavam os “dualistas”<sup>4</sup>, foram favorecedoras do desenvolvimento industrial, pois o

<sup>4</sup> Na década de 1950 e até metade dos anos 1960, o pensamento intelectual da esquerda brasileira, sobre a realidade nacional, foi hegemonizado por uma perspectiva analítica que ficou conhecida como “dualista”. A estrutura econômica, política e social brasileira era concebida pelos adeptos dessa perspectiva como constituída por dois polos opostos: um setor “atrasado” e um setor “moderno”. Nesse raciocínio, uma parcela da economia brasileira composta por

baixo custo da força de trabalho rural propiciou o êxodo rural e a formação de um exercito de reserva de assalariados, sendo fundamental para a produção industrial e a acumulação do capital, ou seja, para alavancar o “moderno”. O “arcaico” e o “moderno” seriam duas dimensões dialéticas do processo de desenvolvimento capitalista<sup>5</sup>. Assim, “[...] a expansão do capitalismo no Brasil se dá introduzindo relações novas no arcaico e reproduzindo relações arcaicas no novo [...]” (OLIVEIRA, 2003, p. 36).

Esse desenvolvimento desigual é tratado por lamamoto (2001, p.102), quando refere-se a essa acepção em Marx. Para a autora,

A desigualdade entre o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento social, entre a expansão das forças produtivas e as relações sociais na formação capitalista. Revela-se como reprodução ampliada da riqueza e das desigualdades sociais, fazendo crescer a pobreza relativa à concentração e centralização do capital, alijando segmentos majoritários da sociedade do usufruto das conquistas do trabalho social. Desenvolvimento desigual em outra dimensão não menos fundamental: os tempos desiguais entre as mudanças ocorridas na produção material e as formas culturais, artísticas, jurídicas etc, que expressam as alterações da vida material.

Já neste momento, ressaltamos que o uso da expressão supramencionada (“desenvolvimento regional”) está ligado a uma matriz teórica e política, cujo entendimento sobre o desenvolvimento, de modo geral, encontra-se limitado ao que é possível realizar-se no âmbito do capitalismo. Ou seja, o desenvolvimento é encarado como o próprio desenvolvimento das condições objetivas e subjetivas que dão sustentação a este modo de produção. Nesse sentido, ainda que possa operar

---

estruturas “arcaicas”, localizadas especialmente no campo, onde se produzia num sistema agro-exportação, seria um empecilho a expansão do “moderno” de outra parte da economia, concentrada nas regiões industriais direcionadas à produção de bens de produção e consumos duráveis, constringendo assim o “desenvolvimento nacional”. Dessa forma, caso não fossem superados os entraves “arcaicos” ao desenvolvimento do país, este continuaria em um estágio, qualificado pelos “dualistas”, como “subdesenvolvido”.

<sup>5</sup> Para maior aprofundamento desse tema, ver Oliveira (2003).

modificações em dimensões específicas da realidade regional – como se almejava com a “superação do subdesenvolvimento do Nordeste” – este não é capaz de ultrapassar a sociedade de classes e suas desigualdades, além de todos os outros elementos a ela associados como o trabalho estranhado, as crises, etc.

Por isso mesmo, Bonente (2014) anotou a necessidade de construirmos uma crítica que ultrapasse as visões positivas ou negativas, boas ou más, sobre o **desenvolvimento capitalista**, visões estas quase sempre associadas aos indicadores da renda per capita. Para ela, e para nós também, este tipo de desenvolvimento não comporta sentido humano algum.

O processo de industrialização no Nordeste sucedeu-se a passos bastante lentos. Embora se registrem algumas iniciativas nos marcos do século XIX, apenas no século XX as condições se farão mais favoráveis e verificaremos uma maior expansão das iniciativas de implantação de indústrias (ANDRADE, 1981). Em geral, observamos a persistência, no transcurso do tempo histórico, de ranços da dependência e “subdesenvolvimento” que marcaram fortemente esta região, promovendo uma correlação de forças entre capital mercantil e capital comercial, donde o primeiro, ao sobressair-se, dificultava o desenvolvimento do segundo<sup>6</sup>.

A atividade econômica da região Nordeste vem sendo dinamizada desde a década de 1960, pelos incentivos fiscais, investimentos em empresas estatais (Petrobrás), créditos públicos, industrialização e instalação de empresas multinacionais. Esses incrementos econômicos fizeram com que algumas dificuldades geradas pela estrutura agroexportadora do período anterior fossem superadas, explicitando-se um crescimento do PIB acima da média do país como um todo, a partir da década de 1970. Isso indica que o Estado brasileiro criou as condições para o processo de acumulação do capital, realizando grandes investimentos, via fundos públicos, incentivos fiscais, políticas de ajuste estrutural e obras de infraestrutura para facilitar o acesso ao mercado.

Durante a fase do "milagre econômico" (1970-80) o PIB nordestino apresentou a expressiva média anual de crescimento de 8,7%, contra a de 8,6% obtida pelo

---

6 Sobre esta questão, ressalta Kaio Fernandes, em sua tese de doutoramento: “Apesar da importância dos agentes públicos como promotores do crescimento e de uma maior participação do capital industrial na economia regional nordestina, não foram criados obstáculos à reprodução e ampliação das frações dos capitais mercantis na região, nem muito menos ao seu poder político, atrelados aos interesses das oligarquias regionais e locais” (FERNANDES, 2011, p. 59).

Brasil, em razão, fundamentalmente, do volume de investimentos públicos (infraestrutura) e privados (indústria) efetuados durante os anos 1960 e 1970. Quando da grande recessão que atingiu o país nos anos 1980, provocada pela crise do setor externo, em virtude da cessação dos financiamentos do "resto do mundo", em 1982, e da decretação de moratória em 1987, a economia nordestina foi mais resistente, apresentando incremento médio anual de 3,3%, contra o de 1,6% registrado no Brasil. De acordo com a publicação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, as taxas de crescimento do PIB do Nordeste em anos de seca na década 1990 foram: -5,9% em 1990; -1,5% em 1992; -1,8% em 1993; e 1,5% em 1998. (SUDENE, 1999).

O bom desempenho da economia da região Nordeste nas décadas 1980/1990 assegurou que o PIB regional passasse de US\$ 22,9 bilhões em 1960, para US\$ 129,0 bilhões, no ano de 1997, transformando assim sua participação em relação ao PIB brasileiro de 13,2% (1960) para 16,0% (1997). O resultado foi à elevação do PIB *per capita* regional de US\$ 1.029,56 em 1960, para a cifra de US\$ 2.813,31 em 1997, mudando sua participação em comparação com a mesma variável do País de 41,9% (1960), para 55,8% no ano de 1997. (SUDENE, 1999)

Na década de 1990, as classes dominantes brasileiras subordinaram a economia do país ao capital internacional financeiro. Esse novo padrão de acumulação do capital internacional se apoderou das principais empresas estatais e privadas, desnacionalizaram os principais setores estratégicos da indústria, do comércio e serviços. E passaram também a controlar a agricultura brasileira. O Estado se transformou no principal fiador e viabilizador desse modelo<sup>7</sup>, ocorrendo a redução de tarifas de importação, a eliminação de barreiras tarifárias que geraram aumento de produtividade, forte queda nos preços dos produtos industriais e elevaram as importações e exportações de produtos primários. Daí justifica-se o aumento do PIB em todas as regiões do país, mas também, um acelerado e intenso processo de exploração, empobrecimento e precarização da vida da classe trabalhadora.

Nos anos 2000, é representativo o retorno ao planejamento regional na economia brasileira, sobretudo a partir de 2006. Entre 1988 a 2001 predominou a execução de políticas de ajuste estrutural ao neoliberalismo. Já entre 2002-2009, período nomeado de neodesenvolvimentismo, identifica-se, na região um impulso às

---

<sup>7</sup> O Estado "repassa na forma de financiamento subsidiado para investimentos, utilizando-se do sistema bancário público, Banco do Brasil, BNDES, BNB, SUDENE, assim como o Estado foi o gestor da transferência de renda nacional para o capital internacional a partir da década de 1970, no pagamento da dívida externa". (Consulta Popular, 2011, p. 35)



atividades produtivas. Podem-se destacar três períodos distintos entre o período neoliberal e o novo desenvolvimentismo. Primeiro, entre 1988 e 1995 verifica-se queda acentuada da participação do Nordeste no PIB total do país. No período 1996-2002 se mantém praticamente estável, seguido de perda nos dois anos seguintes. No entanto, desde 2005 a economia nordestina tem se recuperado, alcançando em 2009 sua maior participação desde 1986, cerca de 13,5%. Contudo, esse crescimento só não foi maior devido à crise financeira que atingiu o país.

Bacelar (2000, p. 173) afirma que há uma heterogeneidade econômica muito grande na região Nordeste, com ilhas de desenvolvimento com intensa modernização. Uma “[...] tendência de acumulação privada reforçadas pela ação estatal, quando não comandadas pelo Estado brasileiro fizeram surgir e se desenvolver no Nordeste diversos subespaços dotados de estruturas econômicas modernas e ativas, focos de dinamismo”.

Na análise de Manoel Correia de Andrade (1981), até os primeiros anos do século XX a existência de uma elite político-econômica apoiada na posse de grandes extensões de terra obstaculizou e/ou retardou medidas com viés de desenvolvimento industrial. Ora, para tal segmento esta forma de organização da sociedade rendia-lhe diversos benefícios e, nesse sentido, fazia força para rejeitar quaisquer intervenções com vista a alterar esta realidade. Inclusive, um dos princípios defendidos por essa elite local era a ideia de que o Brasil “[...] deveria permanecer como um país eminentemente agrícola, dedicado a produção de materiais primas vegetais e minerais para a exportação” (ANDRADE, 1981, p. 22).

Nesse sentido, sabemos que entre os anos 1930/1960, em nível nacional, ocorria o processo de concentração e desenvolvimento progressivo de um parque industrial na região Sudeste do país, derivando-se daí, uma série de consequências econômicas e sociais para a região Nordeste, cuja situação de desvantagem evidenciava-se facilmente, se comparada ao dinamismo das regiões Sul e Sudeste. Tal discrepância não acontece por um acaso. Em verdade, inúmeros fatores confluíram para isso, senão, vejamos:

É claro que o Sudeste, mais capitalizado graças aos elevados preços do café e tendo recebido grandes contingentes de mão-de-obra estrangeira melhor qualificada, teve crescimento mais rápido, obtendo condições de liderar economicamente o país na segunda metade do século XX (ANDRADE, 1981, p. 24).

A distância entre estas duas regiões, do ponto de vista do desenvolvimento das forças produtivas, da atuação das elites, dentre outros aspectos, criou um fosso a chamar a atenção de sujeitos e órgãos. É nessa conjuntura que passa a se vislumbrar um tipo de planejamento, cujo horizonte é buscar implantar, mediante incentivos fiscais, a industrialização do nordeste, entendida à época, como via necessária para ultrapassar os percalços da região: estava dado o terreno histórico para emergir a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

Nessa altura do texto faz-se necessário chamar atenção para algo: o planejamento econômico da região Nordeste, e as ações derivadas direta e indiretamente dele, estão assentados no terreno da disputa de projetos, donde se materializam interesses sociais, econômicos e políticos os mais variados. Portanto, compreende contradições, limites e possibilidades, a depender das perspectivas que conseguem se sobressair em cada conjuntura histórica. Para que fique ainda mais claro, ele está envolto na disputa de interesses de classes sociais distintas e dos projetos societários defendidos por cada uma delas.

O alerta serve para não nos deixarmos levar pelo canto da sereia – diga-se, pelas determinações que nos saltam aos olhos, de maneira imediata. Estamos trazendo à tona estas reflexões porque, num primeiro instante, a SUDENE pode expor aos mais despercebidos uma única face, qual seja: os benefícios que, em menor ou maior escala, foram proporcionados pela atuação da autarquia. Nutrir essa visão unilateral da história significaria perder a agudeza crítica e a capacidade de ir além da mera aparência que se nos apresenta.

Nesse sentido, é preciso indagar: a quem o desenvolvimento das forças produtivas está servindo, de fato? Ora, a simples constatação do avanço dessas medidas não nos diz muita coisa, posto que, elas podem estar se traduzindo em melhorias significativas para a classe trabalhadora ou, no avesso, podem se constituir em uma via fundamental para a degradação e precarização dos mesmos. E sobre isso, somos tomados por um trecho de Marx usado por Francisco de Oliveira (1981, p. 17) como resposta a um de seus críticos, cujas pregações vão no sentido de defender que no âmbito da região Nordeste o “grande capital internacional-associado” estaria contribuindo para derruir as relações sociais fundantes da ignorância e da servidão. Vejamos:

Tudo o que a burguesia [...] pode ser forçada a fazer não irá emancipar nem melhorar materialmente as condições sociais da massa do povo, o que depende não apenas do desenvolvimento das forças produtivas, mas da sua apropriação pelo povo. O que ela não deixará de fazer, entretanto, é criar as premissas materiais para ambos. Alguma vez fez a burguesia mais que isso?

Ou seja, precisamos estar atentos ao direcionamento social e político dos elementos materiais que passam a existir na realidade. A burguesia não é neutra e, por isso, não incentivaria nenhuma atividade/ação se esta não lhe ocasionasse benefícios. Ora, do ponto de vista lógico, de nada adiantaria, por exemplo, construir um poço de água numa região onde a sede constitui um fato concreto, se o seu acesso, por homens e mulheres sedentos, não fosse permitido. Mas, se, na conformação dessa realidade, a classe burguesa pudesse tirar proveito, ela seria incentivada: a lógica da burguesia é o aumento de sua mais-valia. Ponto.

Nesse sentido, e retomando o caso da SUDENE, se, por um lado, sua emergência está justificada na tentativa de ultrapassar o “subdesenvolvimento” da região Nordeste, por outro, sabemos que “o desenvolvimento e o subdesenvolvimento [são] um fato histórico, decorrente da expansão do sistema capitalista” (ANDRADE, 1981, p. 50). Durante muito tempo, o desenvolvimento foi tomado como um estágio a ser alcançado, mediante a superação de outra fase: o subdesenvolvimento. Particularmente, era isso que pregava a Comissão Econômica Para a América Latina e Caribe (CEPAL), órgão que serviu de inspiração aos documentos elaborados pela SUDENE. Pensando dessa maneira, contudo, traçava-se um entendimento da história como pré-determinada e não como o resultado das forças, sujeitos e acontecimentos que, dialeticamente, vão se processando na totalidade da vida social.

Francisco de Oliveira, intelectual que, durante algum tempo tomou parte na equipe da SUDENE, caracteriza-a como audaciosa e afirma que, no momento de sua emergência, duas possibilidades estavam em jogo: uma vinculada aos interesses populares e outra ligada aos anseios do capital. Nessa verdadeira queda de braços, não seria difícil visualizar, em meio as configurações anti-democráticas do desenvolvimento do capitalismo brasileiro, quem venceria a disputa. Saíram

vencedoras as forças burguesas, expressas na materialização das vontades e desejos do capitalismo monopolista e do Estado no Brasil (OLIVEIRA, 1981).

### 3- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar dos dados econômicos indicarem um crescimento do PIB na região, a população ainda vivencia indicadores sociais abaixo dos padrões de uma vida digna e essa contradição é fruto do desenvolvimento desigual que se processou na formação sócio histórica brasileira. As marcas das desigualdades sociais e econômicas persistem na história do país, e nas particularidades regionais, e se recompõem e atualizam-se no cenário de transformações do capital, em sua fase de mundialização financeira. O “moderno” se implanta e se edifica por meio do “arcaico”.

O desenvolvimento econômico e social, especialmente a partir da expansão monopolista, sustentou o predomínio imperialista com a concentração da riqueza, da renda, da produção industrial e da terra, em favor do mercado internacional, onde o Estado assume um papel crucial na mediação dos interesses das classes dominantes, favorecendo a reprodução ampliada do capital e a captura da renda fundiária. Por outro lado, uma massa de trabalhadores rurais e urbanos sem as condições dignas de sobrevivência, submetidos a processo arcaicos e violentos de gestão da força de trabalho e da vida em sociedade.

### REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manoel Correia de. **Estado, Capital e Industrialização no Nordeste**. Rio de Janeiro. Zahar, 1981.

ARAÚJO. Denilson da Silva. **DINÂMICA ECONÔMICA, URBANIZAÇÃO E METROPOLIZAÇÃO NO RIO GRANDE DO NORTE**. Tese de Doutorado. Instituto de Economia da Universidade de Campinas. 2009, 345f.

BACELAR, Tânia. **Ensaio sobre o Desenvolvimento Brasileiro – Heranças e Urgências**. Rio de Janeiro: Revan; FASE, 2000.

BONENTE, Bianca Imbiriba. Desenvolvimento em Marx e na teoria econômica: por uma crítica negativa do desenvolvimento capitalista. In: **Marx e o Marxismo**. Vol. 2, n. 3, Ago/Dez 2014, pp. 274-286.

CONSULTA POPULAR. Resoluções Políticas: IV Assembleia Nacional “Carlos Marighella”. Cartilha 21. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010.

FERNANDES, Kaio César. **ESTRUTURA ECONÔMICA, MERCADO DE TRABALHO E EVOLUÇÃO SÓCIO-OCUPACIONAL NO RIO GRANDE DO NORTE – 2001 a 2008**: reflexo de uma condição mercantil e estruturalmente periférica. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. UFRN, 2011, 246f.

IAMAMOTO, Marilda Villella. Trabalho e Indivíduo Social. São Paulo: Cortez, 2001.  
IBGE. Censo Demográfico, 2010.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 13.Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. (Livro 1, Volumes 1 e 2).

OLIVEIRA, Francisco de. Crítica a Razão Dualista – O Ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2003.

\_\_\_\_\_. **Elegia para uma re(li)gião**: SUDENE, Nordeste. Planejamento e Conflitos de Classes. 6.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

SUDENE. Desempenho Econômico da Região Nordeste do-Brasil 1960-97 (Síntese). Recife, Março, 1999.

TROTSKY, Léon. Particularidades do desenvolvimento da Rússia. In: **História da Revolução Russa**. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/trotsky/1930/historia/cap01.htm>. Acesso em: 01 Abr. 2015.